

29 JUL 1988 Conflitos GAZETA MERCANTIL entre 29 JUL 1988 democracia e economia

Brasil

por Celso Pinto
de São Paulo

Como é possível compatibilizar transição democrática com combate à inflação, ampliação da participação popular com racionalidade nas decisões econômicas?

Questões como estas estiveram no centro de boa parte dos debates dos últimos três dias, na Universidade de São Paulo (USP), entre economistas, políticólogos, sociólogos e antropólogos no seminário "Democratizando a Economia: Discurso e Praxis", promovido pelo Woodrow Wilson Center for Scholars e pelo Instituto de Estudos Avançados da USP.

Como costuma acontecer em discussões acadêmicas, dos painéis resultaram mais dúvidas (mais bem formuladas) do que certezas. Economistas enfatizaram as dificuldades políticas para o sucesso de programas econômicos coerentes; políticólogos reclamaram da insensibilidade política da lógica de muitos economistas. De forma geral, ficou uma marca de pessimismo, especialmente nos casos do Brasil e da Argentina, onde o tamanho do impasse econômico coloca em xeque a consistência da democratização.

A dificuldade não está propriamente em encontrar-se um receituário comum, entre os economistas, para superar a crise. Os problemas e, em boa medida, as soluções são razoavelmente consensuais entre economistas latino-americanos hoje, sugeriu Roberto Frenkel, assessor da atual equipe econômica argentina e um dos formuladores do Plano Austral.

O nó, lembrou Juan Carlos Torre — um cientista político que também faz parte da equipe econômica argentina —, é saber como conjugar a lógica da construção democrática, que supõe maior participação popular e a costura de compromissos inerentes à transição, com a lógica da administração de uma situação econômica de emergência — que supõe centralização de decisões, imposição de perdas e eficiência.

Existe um conflito entre racionalidade econômica e procedimentos democráticos, admitiu outro economista que esteve envolvido em um governo de transição, Luiz Gonzaga Belluzzo. A lógica econômica indicaria a estabilização inflacionária e o equilíbrio fiscal como pontos de partida para a retomada do crescimento

(Continua na página 5)

SIMPÓSIO

GAZETA MERCANTIL

29 JUL 1988.

Conflitos entre democracia e economia

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

e melhoria do bem-estar, diz Frenkel. Mas este ideário, que facilmente compõe o programa de um "partido dos economistas", tem uma fraguíssima atração política. A alternativa de aceitar a hiperinflação seria colocar em risco a economia e a política.

O Estado tem de ser forte e centralizador para arbitrar as perdas inerentes ao enorme ajuste necessário para enfrentar o desequilíbrio financeiro do setor público, supõe Belluzzo. Não é razoável supor um "pacto social espontâneo" para resolver esta questão. De outro lado, contudo, ele admite que um dos erros cruciais do Plano Cruzado foi seu caráter desmobilizador da sociedade, do ponto de vista político. Quando era preciso respaldo para as reformas que deveriam ter seguido o sucesso ini-

membro da democracia cristã chilena e opositor histórico do governo militar.

O fato é que a ortodoxia apoiada num Estado forte pode obter bons resultados econômicos, como prova o caso chileno, admite Foxley. Terapias ortodoxas, quando são passíveis de serem implantadas, geram expectativas mais equilibradas nos agentes econômicos sobre o futuro. A heterodoxia cria mais incertezas — por esta razão, ela tem de pressupor liderança política e credibilidade do governo e instituições na sociedade civil que criem terreno sólido para avanços cooperativos.

Em alguns países, há mais receptividade a estratégias cooperativas, do que em outros. É o que o políticólogo belga Philippe Deville, da Universidade de Louvain, chamou de "democracias por consenso" e "democracias por conflito". Torre atribui, por exemplo, à tradição histórica política uruguaiã da negociação política a chave do sucesso de seu plano de estabilização econômica — tanto quanto a tradição de conflitos da sociedade argentina explicaria o fracasso do Austral.

Foxley acrescentou outra explicação para a inclinação maior pelo consenso: a existência de um fator externo que induza a sociedade nessa direção. Na Espanha, por exemplo, esse fator teria sido o desafio de transformar-se em país de primeira classe na integração europeia prevista para 1992. No caso da Itália pós-crise do petróleo, pairou a ameaça do ressurgimento dos movimentos neofascistas. No Uruguai, o fator externo seria o temor ao retorno dos militares.

Mesmo em sociedades onde a prática mais coope-

rativa — que permitiria a negociação de pactos ou acordos sociais — seja mais difícil de implantar, é possível ter sucesso econômico conjugado com democratização, mas os requisitos são maiores.

Talvez, no entanto, os

mais formais, legitimou-se, politicamente, neste século, a noção do governo como representante dos interesses que o elege, vulnerável às pressões dos grupos políticos e ao "timing" de curto prazo, eleitoral. De pouco adianta os economistas simplesmente reclamarem contra a "feudalização" de interesses no interior do Estado e da dificuldade de controlá-lo.

Independentemente das visões mais ou menos pessimistas sobre o futuro, o que os debates mostraram é uma certa perplexidade dos economistas na gestão dos desafios implícitos na transição democrática. Como disse Torre, uma geração de economistas que estavam na oposição dos regimes militares passou do mundo das denúncias morais, que durou até o início dos anos 80, para o mundo dos dilemas e das opções reais. Introduzidos na "cultura do governo", e tendo enfrentado alguns fracassos, somaram-se mais dúvidas do que certezas.

Perplexidade nos desafios do processo de transição

Dilema entre Estado e democracia é real

cial contra a inflação não havia onde apoiar-se. O Cruzado poderia ter sido o ponto inicial para chegar-se a um pacto social, mas não foi.

Este dilema entre reforçar o Estado e reforçar as instituições democráticas da sociedade civil é real e especialmente presente nos países que procuram fazer a estabilização longe dos esquemas econômicos mais ortodoxos, na opinião do economista Alejandro Foxley — um expressivo